

ESPAÇO PÚBLICO



João Sobrinho Teixeira



Face ao contexto da pandemia, muita coisa será diferente no próximo ano lectivo e, no caso do ensino superior, é muito interessante a resposta do Governo às orientações da Direcção-Geral da Saúde, que obrigam a cortar 3000 camas nas residências estudantis. O Governo está a negociar com *hostels* e pousadas para que recebam alunos, uma medida dois em um, já que também ajuda este sector penalizado pela covid-19. (Pág. 2) **J.J.M.**



Nicola Henriques



Nas Caldas da Rainha, há dez anos que uns antigos silos de cereais foram transformados num espaço criativo para jovens artistas, e o seu impacto na vida cultural da cidade é bem significativo (o Silos Contentor Criativo foi palco ainda de inúmeros eventos), ao ponto de a câmara subsidiar o pagamento da renda para tornar mais acessíveis os espaços arrendados pelos criativos. O mentor deste projecto, que nasceu no mesmo ano da Lx Factory, foi Nicola Henriques. (Págs. 18/19) **J.J.M.**

Marcelo expôs o logro da descentralização



Manuel Carvalho
Editorial

Se havia dúvidas sobre a natureza centralista das eleições indirectas dos presidentes das comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), o Presidente da República enterrou-as. Na promulgação do diploma que introduz estas mudanças, Marcelo Rebelo de Sousa sublinhou que será o Governo a nomear o presidente e um dos “vices” das CCDR (para lá de os poder demitir), e avisou que a natureza jurídica das comissões continua a amarrá-las à administração desconcentrada do

Estado. O que quer isto dizer? Apenas que a eleição indirecta é um simulacro de descentralização. No essencial, as últimas palavras sobre quem são, o que fazem ou o que podem fazer os novos eleitos continuarão a ser do Governo central.

Pergunta-se, então, para que serve esta farsa que o Governo usa desde a anterior legislatura para fazer prova e fé do seu espírito descentralizador. Não serve para nada que tenha que ver com um país mais coeso, mais capaz de desenhar políticas à escala regional ou mais democrático por conceder aos cidadãos das regiões o poder de escolha sobre quem os representa. Serve sim para conservar as ineficiências, as volubilidades, os interesses opacos e os labirintos burocráticos do Estado mais centralizado da Europa, um

anacronismo num país que luta por uma sociedade e uma economia contemporâneas. E serve também para que o PS e o PSD continuem a distribuir “jobs” para os seus “boys” nas regiões.

A facilidade com que o confessadamente anti-regionalista Marcelo Rebelo de Sousa promulgou o diploma é um sinal de vitória dos que permanecem iludidos com os perigos da regionalização e uma derrota para os que continuam a olhar a organização dos Estados europeus como um modelo a seguir. Com ou sem eleição indirecta, o presidente das CCDR será sempre um agente dos autarcas e do Governo. Jamais será capaz de ter autonomia política para defender políticas que os afrontem. As ineficiências e os custos de um modelo que sobrevive protegido pelo papão da unidade nacional ou dos tachos para os

políticos não mudam.

Antes deste passo em falso, o PS e o PSD concordaram em nomear uma comissão de sábios para desenhar o futuro da descentralização. Num trabalho extenso e rigoroso, essa comissão apontou a regionalização administrativa. Mas nem os recentes exemplos da falta de articulação regional no combate à covid-19 nem o facto de António Costa e de Rui Rio subscreverem as suas conclusões foram capazes de os mobilizar num acto de coragem em favor das suas convicções. Estamos condenados a viver num país onde os interesses ou os recursos de Alcoitão ou de Vinhais continuam a ter de passar por Lisboa. O conservadorismo impôs-se uma vez mais à racionalidade.

manuel.carvalho@publico.pt



As cartas destinadas a esta secção devem indicar o nome e a morada do autor, bem como um número telefónico de contacto. O PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reduzir os textos não solicitados e não prestará informação postal sobre eles.

Email: cartasdirector@publico.pt
Telefone: 210 111 000

CARTAS AO DIRECTOR

António Ramalho

A total falta de vergonha com que António Ramalho anunciou as “necessidades” do Novo Banco são uma autêntica falta de responsabilidade e de respeito e uma falta de ética de todo o tamanho. Por que razão Ramalho registou perdas nos fundos do BES à revelia do Banco de Portugal? Por que razão continua a agir como não fosse de todo responsável por nada do que acontece no Novo Banco? Por que razão António Ramalho continua a poder brincar com os contribuintes portugueses? Porque, simplesmente, o Governo, o PS e o PSD assim quiseram. Ramalho continua a rir-se de nós. *Manuel Morato Gomes, S.^a da Hora*

Outra vez os fogos

Já repararam que os eucaliptais das empresas de celulose não

ardem? Não ardem porque a floresta de eucalipto é tratada. Não é fácil pegar fogo a um pinheiro ou a um eucalipto, mas é fácil pegar fogo ao mato que exista nas florestas dessas árvores e esse fogo já facilmente se propaga às ditas árvores. Ora, (pelo menos aqui no Médio Tejo) a floresta está totalmente abandonada, porque os proprietários morreram e os seus herdeiros emigraram ou foram para cidades do litoral. Não pagam IMI e por vezes quando vão à terra cortam uns eucaliptos para venda deixando o chão pejado de cascas dessas árvores, o que é uma situação bem pior do que o mato.

Os tais herdeiros não cumprem qualquer regulamento de limpeza da floresta. Estão pois em transgressão permanente sem que nada lhes aconteça porque poucos sabem quem eles são e esses não

dizem nada até por terem situações parecidas. A melhor solução seria a expropriação dessas terras de floresta não tratadas por incumprimento da legislação vigente. Com essas terras expropriadas (quase todas minifúndios florestais) poderiam depois ser constituídas unidades florestais rentáveis que seriam vendidas a agricultores florestais. *Victor Macieira, Ourém*

DIREITO DE RESPOSTA

"As mortes não são racistas, os filhos não podem ter educação sexual e o país do bafio"

Direito de Resposta de Artur Mesquita Guimarães ao artigo "As mortes não são racistas, os

filhos não podem ter educação sexual e o país do bafio", de Maria João Marques, publicado a 29 de Julho.

Prezado leitor do jornal PÚBLICO, se o artigo referido acima, por qualquer razão, lhe suscitou interesse, convido-o a ler a Carta Aberta que enderecei a Maria João Marques e está disponível em <https://www.plataforma-rn.org/>. Aqui apenas faço minhas as palavras de Eleanor Holmes Norton: "A única forma de garantir que aqueles com quem concordas possam educar os seus filhos como querem, é garantir aos que não concordam contigo o direito a educar os filhos como querem."

Aproveito ainda a oportunidade para sugerir à Maria João Marques que fale de si, ou então não fale do que não sabe nem conhece. *Artur Mesquita Guimarães*